



O puxadinho do Dona Lenha, na Asa Norte, derrubado há 15 dias, foi reerguido. Ou isso ou o restaurante teria de fechar: "Vinte e um funcionários iriam para a rua"

Puxou, derrubou e ergueu novamente

Marcello Xavier
Da equipe do **Correio**

18

Passados 15 dias da operação de derrubada dos puxadinhos de dois restaurantes (Dona Lenha e Hibisco) na Asa Norte, os comerciantes reconstruíram o que as máquinas da Administração de Brasília destruíram. Mas eles não estão sozinhos. De acordo com o próprio sindicato do setor, o Sindhobar, 80% dos 2.800 bares e restaurantes do Plano Piloto fazem uso de área pública.

A construção dos puxadinhos com telhas, muretas, grades e divisórias para a colocação de mesinhas e cadeiras, nas áreas de circulação dos blocos, é visto como irregular pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por ferir as normas de tombamento, e pela Promotoria do Patrimônio Público, do Ministério Público (MP), autora de várias ações civis públicas para a demolição desses arranjos. Uma prática comum de bares e

restaurantes nas entrequadradas comerciais das Asas Sul e Norte.

Os proprietários alegaram ter reconstruído os puxadinhos de seus restaurantes porque a situação do setor ainda não teve um ponto final. Depois de anos de discussões sem-fim, o Ministério Público pediu ao Iphan que proponha sugestões que possam levar a um consenso sobre a ocupação dessas áreas públicas. Mas, de acordo com Marcelo Brito, superintendente regional do instituto, o estudo ainda não está concluído. "Tinha duas opções: fechar ou reconstruir", afirma Leonardo Pedrosa, dono do Hibisco. "Vinte e um funcionários iriam para a rua", engrossa o coro Paulo Melo, da Dona Lenha.

Enquanto as conclusões do estudo não são reveladas, os empresários que usam área pública vivem dias de expectativa e angústia. A administração propôs uma trégua, ou seja, não fazer novas derrubadas, até o final do estudo do Iphan. Mas os comer-

ciantes não estão livres de novas ações civis públicas do MP. "Vivemos um momento de espera muito grande. Queremos uma solução definitiva para nosso problema que se arrasta há anos", afirma o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhobar), Cezar Gonçalves. Ele acredita ser um erro ver o uso de área pública como uma mera invasão. "Brasília foi concebida de um jeito, mas existe de outro."

A discussão sobre ocupação de áreas públicas por bares e restaurantes é antiga. Desde 1994 quando foram ajuizadas as primeiras ações civis públicas pela Promotoria do Patrimônio Público. E de lá para cá houve muitas reviravoltas a favor e contra os comerciantes. Por exemplo, a Lei 1.071/96 determinou quais as áreas públicas da Asa Sul e em que condições poderiam ser usadas, qual o valor deveria ser cobrado pela administração regional, enfim, todas as regras. Mas

na época o MP entendeu que o poder legislativo local não tinha competência para legislar sobre a área tombada de Brasília. O impasse continua até hoje.

Na opinião de Paulo Melo, as quadras comerciais precisam se adequar à realidade da cidade. "Brasília precisa desse crescimento." O colega Leonardo Pedrosa completa que o uso dessas áreas se faz necessário para dar mais conforto aos clientes e viabilizar o comércio. "Pago R\$ 1,8 mil de aluguel. Se não tivesse esse espaço aqui teria que alugar mais duas lojas. Ou seja, iria pagar quase R\$ 5 mil só de aluguel, fora luz, IPTU. Isso inviabilizaria o negócio."

Cezar Gonçalves também concorda com a opinião dos empresários. Segundo ele, o espaço das lojas foi mal-dimensionado no projeto original da cidade. Com uma área pequena, os restaurantes e bares não podiam oferecer um serviço de melhor qualidade aos clientes, opina: "É

absurdamente pequeno." Outra alegação sustentada pelo presidente do Sindhobar é de que essas áreas hoje ocupadas pelo comércio serviam de moradia para mendigos, que ali dormiam e faziam suas necessidades fisiológicas. "Com o crescimento da migração para Brasília, esses locais tornaram-se albergue para moradores de rua."

Mas não é o que pensa o promotor Diógenes Antero Lourenço, da 1ª Promotoria do Patrimônio Público. "O Plano Piloto acabou virando um lugar bagunçado", dispara. "Brasília é uma cidade tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Por tanto não cabe outra medida ao Ministério Público senão ajuizar ações para preservar o tombamento." Apesar das críticas, Diógenes reconhece que a situação já foi pior. "Atualmente alguns puxadinhos foram derrubados e comerciantes estão desocupando essas áreas por conta própria cientes do mal que fizeram."